

# História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências<sup>1</sup>

*History of Professional Education: Hopes, struggles and (in)dependencies*

**Recebido:** 31/01/2023 | **Revisado:** 15/02/2023 | **Aceito:** 15/02/2023 | **Publicado:** 23/06/2023

**Maria Ciavatta**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-6063>

Universidade Federal Fluminense  
E-mail: [maria.ciavatta@gmail.com](mailto:maria.ciavatta@gmail.com)

**Como citar:** CIAVATTA, M. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-16 e14776, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Resumo

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa sobre a fotografia como fonte de pesquisa histórica em história da educação e história de trabalho-educação. Temos por base a história como processo e a história como método a partir do método da economia política e da história como produção social da existência; os conceitos de totalidade social, suas mediações e contradições, e a fotografia como fonte histórica. São três as questões básicas abordadas: primeiro, uma reflexão sobre a mundo do trabalho e sua relação com a Educação Profissional: trata-se de superar a visão estrita dos processos escolarizados e de preparação para o trabalho pautada pelas necessidades estritas da produção. A seguir, tratamos da questão do trabalho e a (in)dependência econômica e social: não obstante as transformações havidas no país, desde a (In)Dependência, há 200 anos, nossas elites sempre cultivaram a dependência econômica e política, espelhando-se nos modelos europeu e americano. Em terceiro lugar, consideraremos a história da Educação Profissional, suas lutas e resistências: a produção historiográfica sobre trabalho-educação é restrita a alguns grandes trabalhos, livros e artigos, teses, dissertações. Finalizamos com uma síntese breve de estudos elaborados sobre como se escreve a história da Educação Profissional.

**Palavras-chave:** Trabalho-educação; História; Educação Profissional; Fotografia; (In)dependência.

## Abstract

This article is part of a research project on photography as a source of historical research in the history of education and history of work-education. We are based on history as a process and history as a method, based on the method of political economy and history as the social production of existence, the concepts of social totality, its mediations and contradictions, and photography as a historical source. There are three basic issues addressed: first, a reflection on the world of work and its relationship with Professional Education: it is about overcoming the strict view of schooling processes and preparation for work guided by the strict needs of production. Next, we deal with the issue of work and economic and social (in)dependence: despite the transformations that have taken place in the country, since (In)Dependence, 200 years ago, our elites have always cultivated economic and political dependence, mirroring on

---

<sup>1</sup> Conferência de Encerramento do II Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (COHEP), realizada no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), por acesso remoto, no dia 29 de setembro de 2022.

European and American models. Thirdly, we will consider the history of Professional Education, its struggles and resistance: the historiographical production on work-education is restricted to a few major works, books and articles, theses, dissertations. We conclude with a brief summary of studies carried out on how the history of Professional Education is written.

**Keywords:** Work-education; History; Professional Education; Photography; (In)dependence.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por base um projeto de pesquisa sobre a fotografia como fonte de pesquisa histórica em história da educação e em história de trabalho-educação. A reflexão nele contida serviu de base para a Conferência de Encerramento do II Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (COHEP), realizada no IFRN, Natal, em setembro de 2022.

Temos por base a história como processo e a história como método a partir do método da economia política e da história como produção social da existência, e os conceitos tempo-espaço, totalidade social, suas mediações e contradições e a fotografia como fonte histórica. A fotografia como fonte documental vai além da aparência da representação que alcançamos à primeira vista. Ultrapassar essa primeira visão exige que identifiquemos as imagens no contexto de sua produção e das relações sociais que lhes dão significado.

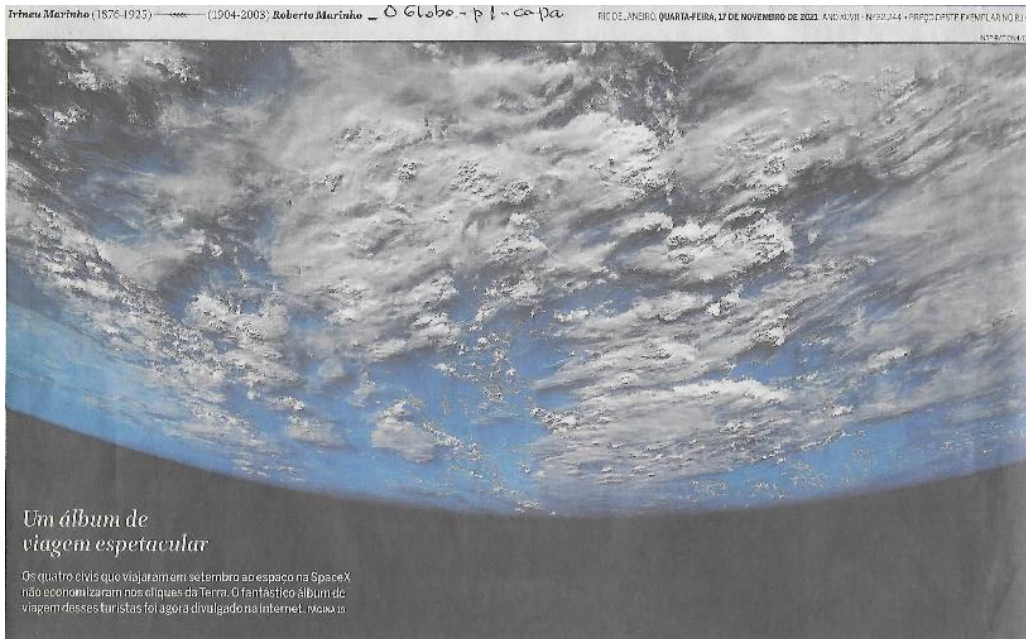
Nos documentos disponíveis, escritos, orais ou iconográficos buscamos resposta às questões que nos inquietam ao tentar compreender os acontecimentos em curso. Mas as águas da memória e da história são inquietas, sempre em movimento, cheias de imprevistos, de circunstâncias inesperadas. Como diz Marx: “Os homens [e as mulheres] fazem a história, mas não nas circunstâncias que escolhem” (MARX, 1978, p. 17). Este é um ponto de partida para tentarmos entender as instabilidades do mundo de hoje, em nível nacional e internacional. São condições desafiadoras para tratarmos de alguns aspectos da história da educação profissional no Brasil

Nossas circunstâncias, nos tempos em que existimos, neste ano de 2022, são muito adversas. Mas não o suficiente para nós perdermos os padrões da ciência que, ao longo dos séculos, vem revelando partes e superfícies dos mistérios do universo, para que não acreditemos no “terraplanismo” e noções semelhantes voltadas para a obscuridade de tempos remotos. A exuberância da terra e as grandes águas revelam sua esfericidade, a força do movimento e a beleza de suas cores como a fotografia 1 divulgada pela imprensa.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> “Um álbum de viagem espetacular. Os quatro civis que viajaram ao espaço n SpaceX não economizaram nos cliques da Terra. O fantástico álbum desses turistas foi agora divulgado na Internet. Página 19”. **O Globo**, Capa, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17-11-2021, p. 1.

## Fotografia 1: INSPIRATION4 / Divulgação. “Um álbum de viagem espetacular”.



**Fonte:** INSPIRATION4 / DIVULGAÇÃO. Autor desconhecido. “Um álbum de viagem espetacular”. **O Globo**, Capa, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de novembro de 2021, p. 1.

A memória e a história são termos que expressam realidades articuladas. São fenômenos do conhecimento do mundo e de nós mesmos, construídos social e individualmente. A memória possui estreita ligação com o sentimento de identidade (imagem de si, para si e para os outros). A identidade, individual ou de um grupo, se desenvolve em referência a outros indivíduos e a outros grupos, em meio a um processo de negociação e conflito, orientado por critérios de aceitabilidade e credibilidade na sociedade em que vivemos (POLLAK, 1992).

Pollak (1989) destaca a seletividade de toda memória, seletividade que ocorre em meio a um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais. O autor defende a existência de uma memória visual que seria reconstruída continuamente, e considera interessante o estudo das mudanças e da significação das imagens. Embora neste caso, ele se refira à memória visual como parte da história oral, destaca a história oral como aquela que põe em movimento as “memórias subterrâneas” que permanecem em silêncio diante da lógica imposta por uma memória coletiva oficial, aflorando nos momentos de crise, engendrando conflitos e disputas.

A história se constitui nos relatos escritos, orais e visuais articulados a partir das memórias existentes que possam se fazer ouvir. Não obstante a grande obra de Marx ser a crítica ao modo de produção capitalista, sua análise não se faz apenas pelo aspecto econômico. Sua teoria considera a economia como parte da vida social, como história da produção da existência humana (MARX; ENGELS, 1979). Falamos, assim, sobre a vida de homens e mulheres que não apenas trabalham. Eles comem, se reproduzem, vivem em sociedade, se relacionam, constroem laços de amizade e de colaboração ou competição, pertencem a diferentes grupos e classes sociais, têm ideologias, afetos etc. São sujeitos que constroem sua história em espaços-tempos determinados. Esta é uma concepção ampliada do sentido do trabalho para a

superação do viés marxista economicista e da visão anticlassista pós-moderna. É como “historiadores de ofício” marxistas elaboram suas análises históricas sobre mundo do trabalho, trabalhadores, formação da classe operária e questões afins (a exemplo de HOBBSAWN, 1987; THOMPSON, 1987).

Do ponto de vista teórico-metodológico,<sup>3</sup> é Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo, como conhecimento de uma matéria e a matéria desse conhecimento, ou ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento. Na obra marxiana, a história e a pesquisa histórica não se colocam como uma questão de modelo, de etapas definidas fora de um objeto de estudo. Não que a questão do método esteja ausente de sua obra, como mostram os livros “Método da economia política” (MARX, 1977) e “Ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 1979),

Ter como fundamento o método da economia política e a história como produção social da existência significa considerar os objetos, fenômenos e acontecimentos na totalidade social de que fazem parte. São mediações, contradições, isto é, processos sociais complexos que os constituem enquanto tais, no espaço-tempo das ações e interesses dos diferentes sujeitos, grupos e classes sociais.

A história da Educação Profissional no Brasil, de que aqui nos ocupamos, pode ser tratada de dois pontos de vistas: dos processos sociais que a produzem, ou dos relatos que sobre ela se constroem. Buscando contemplar os dois aspectos, primeiro trataremos de alguns processos e das reformas em curso; segundo, tendo a história como método, comentaremos alguns autores que escreveram sobre o tema

Esta apresentação terá início com uma reflexão sobre a mundo do trabalho e sua relação com a Educação Profissional; a seguir, abordaremos a questão do trabalho e a (in)dependência econômica e social; em terceiro lugar, consideraremos a história da Educação Profissional, suas lutas e resistências.

## 2 O MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Falando sobre a geopolítica, mundial, Celso Amorim (2022) usou a metáfora do filme de Glauber Rocha, “Terra em transe” para tratar do momento político atual, em mutação, pela oportunidade da mudança do poder unipolar americano para o poder multipolar entre as grandes potências (EUA, Rússia e China). Lembrou que estão em curso as grandes crises mundiais: a crise climática, a pandemia e a crise militar que aflora com as armas nucleares e a guerra da Ucrânia. Mas destacou a importância do Brasil na geopolítica mundial: o Brasil é o 5º. território em extensão; tem a 6ª. maior população; está entre as 10 maiores nações do mundo – entre as 10 maiores em território, em população e em PIB; somos a metade da América Latina e nossas eleições são a 2ª. maior do mundo, nos termos do ultraconservador Steve Bannon.

Mas circulou nas redes sociais o que poderia ser um contraponto a essa ideia de um Brasil realmente grande, com muitas riquezas e grande poder. Foi a lembrança

---

<sup>3</sup> Para maior detalhamento destas questões, ver Ciavatta, 2009.

de que não temos nenhum Prêmio Nobel enquanto outros países menores, da América Latina, têm ao menos um, dois ou mais prêmios (Chile, Colômbia, México, Argentina), e os países desenvolvidos têm 20 ou mais (Itália, Japão, Canadá) e as grandes potências têm mais de uma centena desse grande prêmio à ciência e às letras (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido).

A pergunta, além do triunfalismo de uns e o abatimento de outros, o que nós professores da pós-graduação e estudantes de educação, ciência e tecnologia temos a ver com isso? Não basta constatar e lamentar, importa conhecer a história de nosso país, a história do trabalho e da educação, da colonização, da escravização e do capitalismo; a história da (in)dependência que nos constituiu como nação com o nome de Brasil, a partir de uma madeira cor de brasa, levada pelos colonizadores para as cortes europeias, nos anos 1500,

Começamos pelo trabalho que produz a existência e a história humanas. O campo Trabalho-educação, onde se situa a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, busca pensar analiticamente e atuar socialmente sobre os processos educativos em sua relação com o mundo do trabalho ou mundos do trabalho, nos termos do livro do historiador Eric Hobsbawn (1987). Os pesquisadores do campo Trabalho-educação se identificam pelos estudos que desenvolvem sobre as relações capitalistas de produção, as transformações do mundo do trabalho, o mercado de trabalho, as relações sociais de trabalho, a educação dos trabalhadores, a formação profissional, técnica e tecnológica, a educação politécnica ou a formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional. Têm por base teórica mais geral o pensamento crítico expresso pelo materialismo histórico e seus diversos interlocutores (MARX, 1980).

Lukács (1978, p. 4) faz uma distinção importante ao sentido do trabalho ao tratar das bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem, considera o trabalho “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser”, produto do desenvolvimento da reprodução dos seres inorgânicos, aos seres orgânicos da natureza e destes à separação “dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência”. (LUKÁCS, 1978, p. 4). É o que nos faz humanos. “O produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo já existia `na representação do trabalhador`, isto é, de modo ideal”, no pensamento (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Quanto à educação<sup>4</sup>, o campo Trabalho-educação buscou superar a visão estrita dos processos escolarizados e de preparação para o trabalho pautada pelas necessidades estritas da produção, do mercado, porque dizer mercado de trabalho não é o mesmo que dizer mundo do trabalho. Este inclui todas as atividades humanas, a história como produção social da existência; enquanto o mercado de trabalho diz respeito às atividades produtivas, ao campo da produção, reprodução e acumulação do capital, à compra e venda da força de trabalho dos trabalhadores. As empresas passaram a exigir comportamentos, disciplina, qualificações não previstas pela educação familiar, lembrando que os processos educativos não ocorrem apenas na escola, mas também nos espaços informais da educação para o trabalho, para a cidadania, para a cultura, nos movimentos sociais e em suas organizações.

---

<sup>4</sup> Esta reflexão tem por base Rodrigues (2001)

Para Machado (2005, p. 129), Trabalho-educação tem um objeto específico: “trabalho e educação não são dois objetos de pensamento que possam ser classificados, a rigor, como elementos ou noções simples. Um já contém o outro antes mesmo de colocados em associação”. É o que expressa Gramsci (1981, p. 144) ao considerar o “trabalho como princípio educativo” (p. 144 e ss.). É a concepção de trabalho-educação que defendemos, uma unidade semântica e científica, uma categoria epistemológica, histórica e educacional (CIAVATTA, 2019).

A educação faz parte do mundo do trabalho na medida em que participa do conhecimento gerado pelos processos de transformação da natureza e da sociedade. Cabe reconhecer a importância política da educação na vida da sociedade, e sua insuficiência conceitual como campo disciplinar para a pesquisa científica. Não nos perguntemos apenas por que não temos um prêmio Nobel, mas qual é a história do trabalho e da educação no Brasil., qual é a história dos trabalhadores, qual a educação que lhes tem sido destinada desde a Colônia, qual tem sido a educação dos filhos das elites, quais têm sido os preconceitos contra as atividades manuais.

Os níveis de desigualdade social e econômica, de preconceito e restrições étnico-raciais, de gênero, na negação da educação de qualidade para toda a população, expressam-se no colonialismo remanescente a serviço do capital. São questões e experiências que devem provocar, antes de tudo, a lucidez sobre os processos históricos que alimentaram e mantém ativo o colonialismo. Embora metamorfoseados, são processos de exploração e acumulação capitalista e suas ideologias de legitimação da cultura, da política, da economia, da pretensa superioridade humana dos povos colonizadores.

As ideologias de legitimação da cultura, da política, da autoatribuída superioridade do homem branco expressa-se também nas situações esportivas como é o caso documentado no fotografia 2, recentemente publicada na imprensa nacional e internacional. Evidencia-se a pretensa superioridade europeia e o preconceito latente, pronto a se revelar em situações inesperadas. Foi o que aconteceu em Paris na recente temporada da Seleção Brasileira de Futebol antes da Copa de Catar.<sup>5</sup> Torcedores jogaram uma banana no gramado quando um jogador brasileiro, comemorava um gol. Ocorreu, na linguagem eivada de racismo, utilizar a fruta, banana, para associá-la ao animal, macaco, no sentido de pessoa não europeia, negra, das classes inferiores.

Mendes (2017, p. 6) analisa o uso da metonímia<sup>6</sup> da banana para se referir ao macaco:

---

<sup>5</sup> “Pronta para o Catar. Goleada e racismo na despedida para a Copa. O último jogo do Brasil antes da convocação para a Copa foi marcado por ato de racismo de torcedores no Parque dos Príncipes em Paris, e por uma atuação empolgante da seleção que ganhou da Tunísia por 5 a 1. Raphinha foi o destaque, com dois gols. Richarlison, Neymar e Pedro completaram o placar”. **O Globo**, Capa, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28-09-2022, p. 1.

<sup>6</sup> A metonímia é uma figura de linguagem em que se utiliza uma palavra fora do contexto, em lugar de outra, com a qual tem algum tipo de relação. Além do uso racista do exemplo da foto 2, utiliza-se o termo “banana Republic” [República das bananas] para designar a plantação de bananas na América Central, e, no jargão corrente, para se referir a países explorados pela United Fruit Company (COLEMAN, 2016).

Recorrentes casos de racismo envolvendo a expressão “macaco” e, metonimicamente, a expressão “banana” têm acontecido na sociedade contemporânea. Visto que nos dois casos há relações metafóricas envolvidas na produção de sentidos e em seus efeitos ideológicos, propomo-nos a pesquisar, sob o ponto de vista da Linguística Cognitiva, mais especificamente da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [20021]), as representações da expressão “macaco” evocadas nesses contextos. [...] Os resultados da análise e da discussão indicam que a questão preponderante na maioria dos veículos metafóricos / metonímicos encontrados diz respeito à escravidão e aos fatores sociais dela decorrentes.

### Fotografia 2: “Pronta para o Catar. Goleada e racismo na despedida para a copa”



**Fonte:** REPRODUÇÃO. Autor desconhecido. “Pronta para o Catar. Goleada e racismo na despedida para a Copa [...]. Revoltante. Torcedores arremessaram banana no gramado quando Richarlison comemorava seu gol”. **O Globo**, Capa, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de setembro de 2022, p. 1.

## 3 O TRABALHO E A (IN)DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL

As tecnologias de nosso tempo suscitam um sentimento de triunfalismo patriótico semelhante aos 200 anos da (In)dependência. Não obstante as transformações havidas desde o ano 1822, nossas elites sempre cultivaram a **dependência** econômica e política; espelham-se nos modelos europeu e americano, sem termos a mesma institucionalidade democrática, isto é, sem termos instituições que assegurem os direitos sociais, mesmo em situação de crise e de disputas políticas.

Rui Mauro Marini (2000), Florestan Fernandes (1992), Theotonio dos Santos (1998), Vânia Bambirra (1983), são os principais teóricos latino-americanos sobre a questão da dependência, que foi a elaboração teórica sobre o Estado

subdesenvolvido, sem desenvolvimento produtivo e cultural semelhante aos países do hemisfério norte. Há evidência empírica de que nos países latino-americanos, dependentes dos países desenvolvidos, há ingerências externas que comprometem sua soberania; os estudos e a realidade histórica demonstram que a situação de dependência se revela como uma “unidade dialética”, historicamente determinada entre as classes e grupos sociais nos países dependentes, como o Brasil, e os países centrais (VELLOSO, 1985, p.294.).

Marini (2000) apresenta as características do trabalho em países de capitalismo dependente: primeiro, a superexploração do trabalho em termos de aumento de produtividade e aumento do tempo de trabalho excedente; segundo, salários contidos ao nível da sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias; terceiro, baixos níveis educacionais, destinando os trabalhadores para o trabalho simples, enquanto os países desenvolvidos reservam para si educação profissional e tecnológica de níveis que asseguram a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. Aliás, é o que presenciamos no cotidiano, nos equipamentos que utilizamos, nas “caixas pretas” das tecnologias avançadas, nas reservas de mercado, nas linhas de montagem com peças produzidas em diferentes países, sempre com menores salários e menor custo.

Vivenciamos processos de exclusão econômica e social dos povos latino-americanos dentro de seus próprios países, diante da ideologia neoliberal das reformas sociais e educativas, do Estado mínimo e da redução do bem-estar, em razão da globalização e da competitividade econômica e pela adoção das políticas induzidas pelos organismos internacionais, Banco Mundial, FMI. OCDE.<sup>7</sup>

Assistimos atônitos, porque imobilizados pela apropriação privada do Estado, a um quadro de pobreza crescente, agravado nestes quase três anos de pandemia (2020 a 2022), evasão escolar e urgência do trabalho precoce, pressão sobre os professores, uso das tecnologias de acesso remoto sem os devidos equipamentos e treinamento de professores e alunos. Ocorreu o aumento do endividamento das famílias, o contingenciamento de recursos para alimentação nas escolas e para a infraestrutura de escolas já depauperadas pela ausência histórica do Estado em prover os meios adequados para uma educação de qualidade.

A história também nos mostra que a percepção das diferenças entre os países colonizados e os países colonizadores, tem funcionado como um escudo ideológico para justificar a ocupação territorial, para submeter ou aniquilar o outro. O uso ideológico das diferenças funciona como uma vantagem política e foi no mundo ocidental, muitas vezes, revestido de responsabilidade científica. Está vinculado ao desenvolvimento da sociedade europeia, aristocrática e hierarquizada, da qual proveio a pretensa superioridade do homem branco e a suposta legitimidade de sua posição de colonizador e de explorador (CIAVATTA-FRANCO, 2000, p. 200).

Em posição oposta, de superioridade social e de política científica, a concessão de um prêmio Nobel, supõe o conhecimento de mediações que ajudam a compreender nossa situação. Por exemplo, faz parte dos instrumentos de reforma das universidades, ocorridas na América Latina, o uso de indicadores quantitativos de avaliação da produção científica, como é o caso do número de vezes que um

---

<sup>7</sup>Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).



pesquisador vem citado pelos seus pares, mecanismo guiado por critérios quantitativos, positivistas por isolar os fatos, a produção científica de seu contexto, a exemplo da língua com a qual os trabalhos são escritos e sua capacidade de difusão (o inglês, o alemão, o português), ou as próprias condições institucionais destes trabalhos (recursos, laboratórios, poder político, internacionalização etc.).

Na avaliação de produtividade científica são tomados como parâmetros os sistemas de produção dos países desenvolvidos e os índices são aplicados sem considerar as condições específicas da pesquisa dos cientistas em cada um dos países comparados. Este procedimento, ditado por determinada hegemonia cultural de nível internacional, produz análises parciais e inadequadas que simplificam os problemas e, de um modo geral, produzem a chamada “minoria de excelência” que escreve na língua inglesa (CIAVATTA-FRANCO, 2000, p. 203).

Samir Amin (2021) publicou, na 1ª. edição (1988) de sua crítica ao “eurocentrismo”, uma dimensão da cultura e da ideologia do mundo capitalista moderno que legitima na opinião pública a dependência em todos os seus aspectos (sociais, econômicos, culturais, científicos etc.). É um paradigma que se apresenta nos meios de comunicação, nas teorias sociais dominantes, na função de ocultamento e de legitimação do capitalismo realmente existente. Convivemos com o neoliberalismo e sua receita milagrosa da sociedade de mercado que unifica as aspirações em direção à exacerbação do consumo e de organização da vida social, pautada pela gestão empresarial de todos os espaços formativos, a exemplo do empreendedorismo no trabalho e na escola.

#### **4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LUTAS E RESISTÊNCIA**

Quando estudamos, especificamente, a história da Educação Profissional, a partir do fundamento básico do campo Trabalho-educação que é a crítica à economia política e à história como produção social da existência, vemos que os estudiosos do campo recorrem pouco aos fundamentos historiográficos. Há pouca frequência às fontes primárias, a acervos institucionais, a arquivos públicos e privados, e nem sempre estão explicitadas as questões do tempo-espaço (períodos, datas, locais), a totalidade social, suas mediações e contradições, os sujeitos sociais e as circunstâncias vivenciadas.

A produção historiográfica é restrita a alguns grandes trabalhos, livros e artigos, produtos de pesquisas, teses, dissertações. Em parte, talvez, deva-se à sensibilidade dos jovens às urgências das questões do presente que envolvem a hegemonia do capital e dos capitalistas, a sobre-exploração do trabalho em sociedades desiguais como a brasileira, a dívida secular do país para com a educação básica de toda a população, historicamente, desde a Colônia destinada à preparação para o trabalho.

A história de Trabalho-educação e, por consequência, a produção historiográfica sobre as questões afins não tem sido objeto de estudo dos “historiadores de ofício” e dos historiadores da educação (“de ofício” ou não). Mas não significa que não haja problemas suficientes para seu estudo. Ao contrário, dada a

complexidade para tratar dos conceitos de totalidade social<sup>8</sup>, mediação, contradição, tempo-espaço, o trabalho empírico e documental não se reduz à descrição de um fato ou fenômeno, antes, o inclui em um conjunto de outros fatos, fenômenos ou sujeitos com os quais ele se relaciona.<sup>9</sup>

Chama a atenção a ausência do tema trabalho e do tema educação em estudos de “historiadores de ofício”. Escrevendo sobre a historiografia da classe operária, o historiador Cláudio Batalha (1998, p. 157) observa que um livro “que trata dos campos da produção histórica (CARDOSO; VAINFAS, 1997) não dedica nenhum capítulo à história do trabalho ou à história operária, ao passo que a história empresarial, a história das paisagens, ou o uso do computador merecem capítulos específicos”. Acrescentamos que, em 19 capítulos, de muitas temáticas (econômica, cultural, política, da sexualidade, das ideias etc.), não contempla a história da educação (CIAVATTA, 2015). Também o historiador Francisco Falcon (2006) chamou a atenção para a escassez de trabalhos de história da educação entre os historiadores.

#### 4.1 COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os artigos do livro “Historiografia em Trabalho-educação – Como se escreve a História da Educação Profissional” (CIAVATTA *et al.*, 2019) busca analisar alguns livros considerados exemplares, sobre a história do Trabalho-educação nos seus diferentes aspectos. Fazemos, aqui, uma síntese breve dos estudos que constam do livro, elaborados pela equipe de pesquisa que realizou os estudos sobre como se escreve a história da Educação Profissional.<sup>10</sup>

O primeiro livro, que é a base da história da Educação Profissional no Brasil, é a “História do Ensino Industrial no Brasil”, de Celso Suckow da Fonseca, publicado, originalmente, em 1961 e 1962 pela Escola Técnica Nacional (em dois volumes), e nova edição (em cinco volumes) pelo Senai, em 1986. O conjunto da obra abrange as iniciativas de educação desde a época da chegada dos portugueses, passando pelas corporações de ofícios, as ações do Governo Imperial e chegando até as providências iniciais da República. É um livro rico em detalhes, mapas, gráfico, plantas de prédios escolares, fotografias, apresentados de uma maneira metódica e historicamente cronológica, com muitas fontes de época.

Fonseca (1986) faz uma historiografia do ensino industrial no Brasil, principalmente no campo da formação profissional. Sua compreensão valiosa e sua metodologia em organizar os acontecimentos, distinguindo-os em tempos e espaços diferentes, nos permite entender a organização e evolução da educação profissional, retomando a sua gênese a partir de fontes primárias e secundárias que, se não fosse a sua dedicação à documentação e à pesquisa, nós não teríamos acesso ao

---

<sup>8</sup> Totalidade social não significa tudo, todas as coisas, nem totalitarismo. A ciência não lida com tudo, mas com aquilo que se relaciona com o objeto de pesquisa. Em segundo lugar, totalitarismo é um termo de sentido político, um regime totalitário.

<sup>9</sup> Sobre estes conceitos, ver Ciavatta (2001, 2019).

<sup>10</sup> Os autores são os pesquisadores doutores Marcelo Lima, Rosângela Rosa, Renata Reis, Jacqueline Botelho e Sandra Morais; e os mestrandos, na época, Lísia Cariello, Jordan Rodrigues, Mônica Rocha e Sânia Nayara Ferreira. Os trabalhos constam de Maria Ciavatta *et al.* (2019).

conhecimento de parte substantiva da história de Trabalho-educação no Brasil. Como liberal, engenheiro e educador, Fonseca tece uma crítica severa à “evolução da filosofia do ensino industrial”:

A solução aristocrática que o Império deu ao problema da instrução, procurando formar uma elite altamente culta, composta dos elementos altamente mais elevados, em contraste com a grande massa quase analfabeta dos possuidores de menores recursos, só poderia servir para firmar mais fundamente no espírito do povo a ideia do desprezo pelo trabalho executado com as mãos e conseqüentemente do ensino que a ele fosse destinado (FONSECA, 1986, vol. 3., p. 187).

O segundo trabalho de base, de fundamentos e documentação sobre a história da Educação Profissional são os três livros de Luiz Antonio Cunha (2000a; 2000b; 2000c) que tratam do ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil; do ensino de ofícios nos primórdios da industrialização e do ensino profissional na irradiação do industrialismo. O professor Luiz Antônio Cunha traz uma valiosa e indispensável contribuição à historiografia da educação profissional brasileira remontando à sua gênese a partir de fontes primárias e secundárias.

Para a realização do estudo, Cunha (2000a, p. 4) cita, de modo particular, a “obra monumental” de Celso Suckow da Fonseca como “referência básica e interlocutora permanente”. O autor recorreu a diversos documentos históricos do período, que abrange desde o Brasil Colônia até o final do século XX, tais como decretos, relatórios governamentais, cartas, manuscritos; suas próprias pesquisas sobre aprendizagem, as raízes da concepção e educação profissional e sua transformação *pari passu* com a transformação da sociedade brasileira.

São da mesma pesquisa outros temas da história da Educação Profissional: a educação de crianças pobres e a formação profissional de adultos e jovens trabalhadores. Adriana Maria Paulo e Silva (2000) resgata uma experiência na primeira metade do século XIX, no tempo da Corte Imperial, a luta de pretos e pardos em defesa de uma escola; Luciano Faria Filho (2001) cobre quase três décadas da história do Instituto João Pinheiro, na Primeira República (1900-1934), destinado a crianças pobres, a exemplo de outras instituições similares, os Institutos Profissionais. Milton Ramon de Oliveira (2003) estuda os patronatos agrícolas, outra resposta republicana para a educação das crianças pobres ou abandonadas. O autor trata de um fenômeno recorrente na sociedade brasileira, a presença das oligarquias latifundiária e empresarial brasileiras que sempre foram pródigas em manter suas riquezas e privilégios. E sempre estiveram preocupadas em tratar, as lutas das classes trabalhadoras e a infância pobre como “questão social”, buscando atenuar seus males com o assistencialismo religioso e as iniciativas do Estado republicano.

A experiência educativa/formadora/modeladora, embora fosse instituída como “caridade”, constituiu-se como ação disciplinadora, sob a ótica da burguesia que a idealizou para a formação da classe trabalhadora. Marcelo Lima (2007), em seu livro, trata da formação profissional no sistema SENAI; mostra que os novos métodos organizacionais e gerenciais da produção capitalista, bem como o desenvolvimento tecnológico, pressionaram pela elevação da escolaridade do trabalhador. Sylvania Maria Manfredi (2002) faz uma síntese da história da Educação Profissional no Brasil. Além

das dimensões da formação nas escolas, a autora reconstrói a formação em sindicatos, empresas, associações de bairro, associações comunitárias, movimentos sociais.

## 4.2 A HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM PROCESSO

Importa, pois, que nossa reflexão conjunta reconheça as necessidades do mundo do trabalho, as diferencie das necessidades do mercado de trabalho. O mundo do trabalho diz respeito aos ser humano nas suas relações com a produção, com a ciência, as tecnologias, a cultura, a arte, os direitos sociais de todo ser humano. O mercado de trabalho tem por base a produção, circulação e consumo de mercadorias e a compra da força de trabalho pelo sistema capital; refere-se ao assalariamento, às imposições de metas de produtividade, à regulamentação ou desregulamentação dos direitos do trabalho, às condições de vida dos trabalhadores, à saúde, moradia, educação, tempo, cultura e lazer.

A formação dos jovens não pode prescindir dessa distinção fundamental que está na base do ensino médio, confrontada com os itinerários formativos da atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Significa ter uma formação geral nas ciências matemáticas, nas ciências da linguagem, nas ciências da natureza, ciências humanas e sociais e, assim, ter acesso aos conhecimentos complexos para a compreensão do mundo do trabalho. Os quatro primeiros itinerários conduzem os estudantes de famílias de rendas médias ou altas aos estudos superiores.

A quinta opção, Itinerários formativos, a Educação Profissional, conduz os estudantes de baixa renda, os filhos de trabalhadores, a buscar se preparar para o trabalho e prover, de modo imediato, necessidades próprias ou da família. É uma proposição ideológica para os alunos mais pobres que não têm recursos para se manter na escola e precisam se empenhar no trabalho precoce (entregadores, pequenos serviços). Não são destinados a seguir um curso com base científica e filosófica, mas a se preparar operacionalmente para o trabalho simples, em um tempo breve, com uma formação aligeirada, para atuar no mercado de trabalho. E seguindo a pauta empresarial divulgada amplamente pelos meios de comunicação e pelas escolas, estão sendo induzidos ao empreendedorismo, que é largamente publicizado como trabalho autônomo, sem patrão. Na verdade, sem regulamentação das relações de trabalho, sem repouso remunerado, sem seguro contra acidentes de trabalho, sem perspectivas de futuro, salvo as exceções de sempre.

O pensamento crítico, que fundamenta esta análise, supõe que se conheçam os fenômenos, objetos e sujeitos sociais no contexto de suas vidas e ações, na natureza como um todo, onde os seres humanos são reconhecidos como partes responsáveis pela natureza, pelas sociedades em que vivem. Nestes anos de pandemia (2020 a 2022), sob um governo da direita ultraliberal, políticas sociais não respondem às necessidades básicas da população em educação, saúde, moradia, saneamento, segurança, proteção social.

No seu livro “Contra-história do liberalismo”, Domenico Losurdo (2006) nos dá uma visão da doutrina liberal que nos ajuda a entender os dias de hoje no Brasil e a produzir conhecimento ampliando nossos projetos de estudo e de vida no país. A raiz da palavra liberalismo é liberdade e ela vem sempre relacionada à palavra

democracia. No entanto, o que a história mostra é que a passagem do liberalismo à democracia não ocorre de forma harmoniosa e pacífica, antes, é acompanhada do não reconhecimento e da negação dos direitos.

Primeiro, desde a Colônia, o Império e a República, prevaleceu a negação do direito à educação básica a toda a população, o que somente começou a ser alterado nos anos 1920 e 1930, mas sofreu uma progressão/regressão permanente até os dias de hoje. Observamos que, em um quadro devastado pela pandemia, o Governo Federal anunciou o contingenciamento de recursos para a merenda escolar e para a infraestrutura das escolas.

Segundo, a formação para os ofícios e profissões veio sempre acompanhada do preconceito contra o trabalho manual, incutido pelas elites nativas, até hoje presente nas atividades técnicas. A formação profissional se fez com o ensino das primeiras letras e a separação das escolas de ensino profissional das escolas de nível secundário (atual ensino médio). Somente lutas sucessivas das famílias e dos educadores lograram conseguir o acesso à o ensino secundário nos anos 1950, com as Leis de Equivalência; e nos anos 1960, com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o acesso dos egressos dos cursos técnicos ao ensino superior.

A Ditadura Empresarial-militar deu novo impulso regressivo ao legislar sobre a profissionalização compulsória que os colégios privados nunca seguiram. Revogada a Lei n. 5.692/71, no período da redemocratização do país, nos anos 1980, a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a Lei n.9394/1996 estabelece a formação integrada entre os fundamentos científicos e os conhecimentos específicos. Novamente, a inauguração do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, junto à reestruturação produtiva e os cortes de custos, redirecionou a Educação Profissional para o mercado de trabalho através do Decreto n. 2.208/1997.

As lutas dos educadores junto ao MEC, à rede federal de escolas técnicas e às secretarias estaduais de educação, no início do Governo Lula da Silva, levaram à revogação do decreto anterior e à aprovação do Decreto nº 5.154/2004 que, não obstante as polêmicas que engendrou, permitiu a volta à formação integrada entre os conhecimentos gerais e os específicos, técnicos e tecnológicos. Novamente, imediatamente após o Golpe midiático-político que afastou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o Governo Temer fez aprovar a desregulamentação das relações de trabalho pelo cancelamento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e promoveu a contrarreforma educacional pela Lei nº 13.415/2017 que instituiu os itinerários formativos, seguida pela BNCC, a reforma curricular, os projetos de vida, o empreendedorismo, em um quadro de pobreza, fome e desemprego de grande parte da população.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta apresentação, tratamos da história da Educação Profissional, como parte das estratégias de um sistema patriarcal e concentrador de renda, de exploração da mão de obra e de acumulação do capital. A escrita da história reveste-se de um papel singular nas tentativas de, pelo conhecimento, preservar a memória

das lutas e da resistência às opressões do sistema capital, instalado nas empresas, entranhado no Estado e em suas instituições.

A escrita da história, vista sob o ângulo da crítica ao sistema instalado, deixa de ser apenas produção acadêmica ou literária. Reveste-se da força da palavra e da força das imagens, que instauram novos processos pelos relatos, dão força à contestação e às lutas pela transformação das condições adversas, degradantes e preconceituosas. O historiador Jean Chessnaux (1977, p. 7) pergunta em seu livro: “Que lugar ocupa o saber histórico na vida social? Atua a favor da ordem estabelecida ou contra ela? É um produto hierarquizado que desce dos especialistas para os “consumidores da história” através do livro, da televisão, do turismo?”

## REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **O eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. São Paulo, 2021.
- AMORIM, Celso Amorim:. **Terra em transe** - Os riscos e oportunidades da nova ordem mundial. Aula no Instituto Conhecimento Liberta (ICL), 7 de agosto de 2022, às 20 horas. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=0CohYfHIY0U\\_](https://www.youtube.com/watch?v=0CohYfHIY0U_)
- BAMBIRRA, V. **Teoria de la dependencia**: una anticrítica. México: Ediciones Era, 1983.
- BATALHA, C. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. *In*: FREITAS, M. C. de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**. A historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- CIAVATTA, M. *et al.* **Historiografia em Trabalho-educação**: como se escreve a história de educação profissional. Uberlândia: Navegando, 2019.
- CIAVATTA, M. “Imperativos do desempenho” e outros desafios da pesquisa em política educacional. 35ª. R.A. da ANPEd, Porto de Galinhas, Pe., 21 a 24 de outubro de 2012.
- CIAVATTA-FRANCO, M. Quando nós somos o outro. Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, Revista Quadrimestral da Ciência da Educação, no. 72, p. 197-230, agosto 2000.
- COLEMAN, K. **A camera in the Garden of Eden**. The self-forging of a Banana Republic. Austin, TX: University Texas Press, 2016.
- CUNHA, I. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000a.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000b.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000c.

FALCON, F. J. C. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 32, p. 328-339, maio/ago. 2006.

FARIA FILHO, L. M. **República, trabalho e educação**: A experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: RJ Zahar Editores, 2009.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino Industrial no Brasil**. V. 3. Rio de Janeiro, SENAI, 1986.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. Barcelona, Fontamara, 1981.

HOBBSAWN, E. P. **Mundos do trabalho**. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LIMA, Marcelo. **A história da educação profissional**. Os passos e descompassos históricos do SENAI-ES com os paradigmas da produção industrial no Espírito Santo 1948-1989. Vitória: O Autor, 2007.

LOSURDO, D. **Contra-História do liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, Edit. Ciências Humanas, S. Paulo, (4): 1-18, 1978.

MACHADO, L.. Trabalho-educação como objeto de investigação. **Trabalho & Educação**, Revista do NETE, v. 14, n. 2., p. 126-136, jul. Dez. 2005.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes/Clacso, 2000.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I. vol. I e II. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo, Ciências Humanas, 2ª ed. 1979.

MENDES, I. D. da S. **O macaco, a banana e o preconceito racial**: um estudo da metáfora no discurso. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

OLIVEIRA, M. R. de. **Formar cidadãos úteis**: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 5, (10): 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 3 (3): 3-15, 1989.

RODRIGUES, N. Educação: da formação à construção do sujeito ético. **Educação & sociedade**, Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, CEDES, Campinas, n. 76, especial, 2001, p. 232-257.

SANTOS, T. dos. La teoría de la dependencia. In: SEGRERA, Francisco Lopez (edit.). **Los retos de la globalización**. Ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: UNESCO, 1998.

SILVA, A. M. P. da. **Aprender com perfeição e sem coação**. Uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. I. A árvore da liberdade. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VELLOSO, J. Dependência e educação comparada. **Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, n. 22, p. 105-119, 1985.